



PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório Modalidade Convite nº 070101/2014-CPL.

OBJETIVO: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de sistemas de gerenciamento de receitas próprias (IPTU, ISS, ALVARÁ, NOTA FISCAL AVULSA, DÍVIDA ATIVA) e de fornecimento de água (EMISSÃO DE GUIAS, CONTROLE) da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.

PARECER

Tratam os autos de processo licitatório modalidade Convite nº 070101/2014-CPL, remetido para análise desta Assessoria em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

O capítulo VII da Constituição da República Federativa do Brasil que trata a ADMINISTRAÇÃO traz, no seu ART. 37, caput, os princípios que norteiam, veja verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta De qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Regulamentando o comando constitucional acima transcrito foi promulgada, em 21 de Junho de 1993, a lei 8.666, a chamada lei das licitações que, no seu Art. 3º, estabelece que a o instrumento para se garantir o atendimento do principio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração é a LICITAÇÃO.

O que a lei quer, na verdade, é assegurado que em um processo licitatório verifique-se não apenas a igualdade entre os concorrentes, mas, também, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
ASSESSORIA JURÍDICA



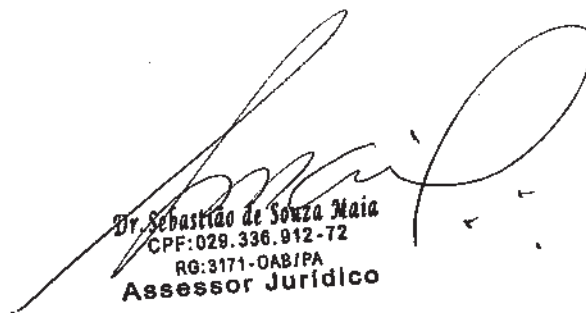
maior numero possível de participantes, o que facilitará se encontrar a proposta mais vantajosa para a administração.

A modalidade de licitação escolhida para o certame encontra-se em conformidade com o valor do objeto a ser adquirido. O Convite atende aos requisitos legais estabelecidos na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, incluindo os anexos integrantes do mesmo.

Dessa forma, após a análise da minuta do convite e termo contratual aprovamos os respectivos instrumentos na forma que preceitua a legislação vigente.

É o parecer S.M.J.

Sta. Bárbara do Pará (PA), 27 de dezembro de 2013.


Dr. Sebastião de Souza Maia
CPF: 029.336.912-72
RG: 3171-0AB/PA
Assessor Jurídico